

Tribunal Administrativo de Recursos Fazendários (TARF), findo o qual, sujeitar-se-á à cobrança executiva do débito, conforme estabelece a Lei Estadual nº 6.182/98. Outrossim, em caso de interposição de recurso voluntário ao TARF, o mesmo deverá ser apresentado à Julgadoria, sito na Av. Gentil Bittencourt, nº 2566, 3º andar.

Belém (PA), 09 de fevereiro de 2017.  
ANA KÁTIA NASCIMENTO DA PAZ SARMENTO  
Secretária-Geral da Julgadoria de 1ª Instância

#### EDITAL DE INTIMAÇÃO

A secretária-geral da Julgadoria de 1ª Instância da Secretaria de Estado da Fazenda FAZ SABER, a quem possa interessar, que os Autos de Infração e Notificação Fiscal abaixo relacionados foram julgados IMPROCEDENTES, em decisões de caráter definitivo, sob amparo da Lei nº 6.182/98.

392014510000346-6, 012015510006811-8, 012015510006794-4, 012015510007002-3.

Belém (PA), 09 de fevereiro de 2017.  
ANA KÁTIA NASCIMENTO DA PAZ SARMENTO  
Secretária-Geral da Julgadoria de 1ª Instância

**Protocolo: 145777**

#### OUTRAS MATÉRIAS

#### PORTARIAS DE ISENÇÃO DE ICMS - CAT

##### PORTARIA N.º 201701000149 DE 09/02/2017 - PROC N.º 002017730002428/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do ICMS para Taxista.  
Base Legal: Convênio ICMS n.º 38, de 06 de julho de 2001 e do artigo 71 do Anexo II do RICMS-PA (aprovado pelo Decreto n.º 4676/01)

Interessado: Marcos Andre Dias da Silva – CPF: 581.574.502-25  
Marca: VW/FOX 1.6 RUN Tipo: Pas/Automóvel

##### PORTARIA N.º 201701000151 DE 09/02/2017 - PROC N.º 002017730002499/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do ICMS para Taxista.  
Base Legal: Convênio ICMS n.º 38, de 06 de julho de 2001 e do artigo 71 do Anexo II do RICMS-PA (aprovado pelo Decreto n.º 4676/01)

Interessado: Manoel Cavalcante da Silva – CPF: 042.077.422-04  
Marca: FIAT/WEEKEND ATTRACTIVE 1.4, FLEX, 4P Tipo: Pas/Automóvel

##### PORTARIA N.º 201701000153 DE 09/02/2017 - PROC N.º 002017730002597/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do ICMS para Taxista.  
Base Legal: Convênio ICMS n.º 38, de 06 de julho de 2001 e do artigo 71 do Anexo II do RICMS-PA (aprovado pelo Decreto n.º 4676/01)

Interessado: Carmoso Pires Invenção – CPF: 597.704.902-10  
Marca: CHEV/SPIN 1.8L MT LTZ Tipo: Pas/Automóvel

##### PORTARIA N.º 201701000155 DE 09/02/2017 - PROC N.º 002017730002503/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do ICMS para Taxista.  
Base Legal: Convênio ICMS n.º 38, de 06 de julho de 2001 e do artigo 71 do Anexo II do RICMS-PA (aprovado pelo Decreto n.º 4676/01)

Interessado: Gerson Saraiva Borges – CPF: 319.074.742-34  
Marca: CHEV/SPIN 1.8L MT LTZ ECONO FLEX Tipo: Pas/Automóvel

#### PORTARIAS DE ISENÇÃO DE IPVA - CAT

##### PORTARIA N.º 201704000100, DE 09/02/2017 - PROC N.º 2017730002609/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2017  
Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Francisco Magalhaes Batista de Oliveira – CPF: 212.480.953-91

Marca/Tipo/Chassi  
CHEV/SPIN 1.8L MT LTZ/Pas/Automovel/9BGJ7520HB177045

##### PORTARIA N.º 201704000102, DE 09/02/2017 - PROC N.º 2017730002594/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2017  
Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Joselito Teixeira do Espírito Santo – CPF: 293.413.532-20

Marca/Tipo/Chassi  
FIAT/SIENA ATTRACTIV 1.4/Pas/Automovel/9BD197132D3068402

##### PORTARIA N.º 201704000104, DE 09/02/2017 - PROC N.º 2017730002612/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2017

Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei

6427/01

Interessado: Arnobio Barbosa Peixoto – CPF: 145.320.932-87  
Marca/Tipo/Chassi  
FIAT/IDEA ESSENCE 1.6/Pas/Automovel/9BD13571AD2231483  
**PORTARIA N.º 201704000106, DE 09/02/2017 - PROC N.º 2017730002601/SEFA**

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2017

Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Daniel Rodrigo Braga Santiago – CPF: 696.673.492-68

Marca/Tipo/Chassi  
CHEV/PRISMA 1.4MT LT/Pas/Automovel/9BGKS69R0GG210230

##### PORTARIA N.º 201704000108, DE 09/02/2017 - PROC N.º 2017730002548/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2017

Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Joao Batista da Paixao Santiago – CPF: 087.492.052-34

Marca/Tipo/Chassi  
CHEV/SPIN 1.8L MT LT/Pas/Automovel/9BGJB7520HB179800

##### PORTARIA N.º 201704000110, DE 09/02/2017 - PROC N.º 12201773000267/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2017

Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Waldomiro Pereira da Rocha – CPF: 029.185.012-04

Marca/Tipo/Chassi  
VW/FOX HL MFV/Pas/Automovel/9BWAL45Z0H4032483

##### PORTARIA N.º 201704000112, DE 09/02/2017 - PROC N.º 2017730002643/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2017

Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Almir Fernandes Pinheiro – CPF: 370.478.412-53

Marca/Tipo/Chassi  
VW/NOVO GOL 1.0/Pas/Automovel/9BWAA45U8EP139480

**Protocolo: 145803**

#### ATOS DO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FAZENDÁRIOS - TARF

##### ACÓRDÃO

##### PRIMEIRA CÂMARA

ACÓRDÃO N.5290- 1ª. CPJ. RECURSO N. 11831 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N.: 042013510000506-6)

ACÓRDÃO N.5289- 1ª. CPJ. RECURSO N. 11829 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N.: 042013510000507-4)

ACÓRDÃO N.5288- 1ª. CPJ. RECURSO N. 11827 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N.: 042013510000505-8)

CONSELHEIRO RELATOR: DANIEL HISSA MAIA. EMENTA: ICMS. DIFERENCIAL DE ALÍQUOTA. MERCADORIA DESTINADA AO ATIVO PERMANENTE. NEGATIVA DE ISENÇÃO. 1. Indeferida a solicitação de isenção fiscal pela autoridade competente, disposta no art. 70, da Lei Estadual n. 6.182/98, não cabe aos órgãos de julgamento avaliar o mérito do ato de indeferimento. 2. A aquisição de mercadorias, destinadas ao uso/consumo ou à integração ao ativo fixo, efetuada de outra Unidade da Federação, configura fato gerador do ICMS - Diferencial de Alíquota, conforme premissa constitucional de eficácia plena e autoaplicável, amparada no artigo 155, §2º, inciso VII, “a” e VIII, da Constituição Federal. 3. Não configura confisco a multa aplicada em ação fiscal referente a fato contrário à lei, quando atende ao limite legal. 4. Recurso conhecido e improvido. Voto contrário: Conselheiro Nilson Monteiro de Azevedo, pelo provimento do recurso. DECISÃO: POR MAIORIA DE VOTOS. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 16/01/2017. DATA DO ACÓRDÃO: 16/01/2017.

ACÓRDÃO N.5287- 1ª. CPJ. RECURSO N. 11785 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N.: 012013510004482-6). CONSELHEIRA RELATORA: MARIA DE LOURDES MAGALHAES PEREIRA. EMENTA: ICMS. CERCEAMENTO DE DEFESA. PROVAS NÃO APRECIADAS. NULIDADE DA DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA. 1. Deve ser declarada a nulidade da decisão singular quando deixa de apreciar documentos apresentados pelo sujeito passivo, relevantes para o deslinde da questão, sob pena de violação ao exercício do direito de defesa do contribuinte. 2. Recurso conhecido para em preliminar declarar a nulidade da decisão singular. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 16/01/2017. DATA DO ACÓRDÃO: 16/01/2017.

ACÓRDÃO N.5286- 1ª. CPJ. RECURSO N. 11143 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N.: 172011510000395-0). CONSELHEIRO RELATOR: NILSON MONTEIRO DE AZEVEDO. EMENTA: ICMS. CERCEAMENTO DE DEFESA. INOCORRÊNCIA. AUSÊNCIA DE RECOLHIMENTO DE ICMS. 1. O cerceamento de defesa só se caracteriza quando restar comprovado que o contribuinte

foi prejudicado em seu direito de se defender. Preliminar de cerceamento de defesa rejeitada. 2. Deixar de recolher ICMS em operações interestaduais relativo a vendas de produtos derivados de gás Natural -GLN, em desobediência ao Protocolo 33/03, constitui infração à legislação tributária e sujeita o contribuinte às sanções da lei. 3. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 16/01/2017. DATA DO ACÓRDÃO: 16/01/2017.

**Protocolo: 145783**

## BANCO DO ESTADO DO PARÁ

#### CONTRATO

**Contrato:** Nº 027

**Exercício:** 2017

**Classificação do objeto:** Outros

**Objeto:** Fornecimento de solução tecnológica antifraude baseado em software de proteção de acesso visando a prevenção, detecção e combate aos incidentes de fraudes eletrônicas e a violação de privacidade nos canais de internet banking e mobile banking.

**Valor Total:** R\$-1.770.000,00 (Hum milhão setecentos e setenta mil reais) - Global

**Data de Assinatura:** 08.02.2017

**Vigência:** 08.02.17 a 08.02.20

**Pregão Eletrônico Nº** 064/2016

**Contratado:** EASY SOLUTIONS DO BRASIL LTDA.

**Endereço:** Av. das Nações Unidas Nº 12.995 – 10º andar – Brooklin Paulista

**CEP:** 04578-000

**São Pulo/SP**

**Telefone:** (11) 99406 7632

**Ordenador:** Augusto Sérgio Amorim Costa

**Protocolo: 145934**

#### TERMO ADITIVO A CONTRATO

##### TERMO ADITIVO Nº: 02

DATA DE ASSINATURA: 08.02.17

VALOR: R\$-265.773,55 (Duzentos e sessenta e cinco mil setecentos e setenta e três reais e cinquenta e cinco centavos).

VIGÊNCIA: 28.02.17 a 27.02.18

CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO: Outros

JUSTIFICATIVA: Prorrogação de prazo

CONTRATO Nº: 009

EXERCÍCIO: 2014

CONTRATADO: ROCHA PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S/A

ENDEREÇO: Q SHS Quadra 6 Conjunto A Bloco a S/Nº – Bairro: ASA SUL

CEP: 70316-102

Brasília/DF

TELEFONE: (61) 96041321

ORDENADOR: Augusto Sérgio Amorim Costa

**Protocolo: 145944**

## JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARÁ

#### DISPENSA DE LICITAÇÃO

**Termo de Dispensa de Licitação - Nº 001/2017-A Junta Comercial Do Estado Do Pará – JUCEPA, inscrita no CNPJ 04.825.329/0001-42, representada por sua Secretária Geral, em exercício Renata da Costa Sousa Meireles, no âmbito de suas atribuições legais, e considerando o despacho exarado pela Procuradoria, nos autos do Processo Administrativo nº. 2017/4993, resolve determinar DISPENSA DE LICITAÇÃO, em consonância com o disposto no art. 24, inciso II da Lei nº. 8.666/93, e alterações, visando realizar a contratação com a empresa SOL INFORMÁTICA LTDA CNPJ 34.624.379/0001-22, para aquisição de 01(um) televisor, que atenda as necessidades do órgão, no valor total de R\$1.399,00 (Um mil trezentos e noventa e nove reais) Renata da Costa Sousa Meireles - Secretária-Geral em exercício"Republicado por ter saído com incorreções na publicação do D.O.E Nº 33.308 de 06/02/2017"**

**Protocolo: 145851**